

AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS E A UNIVERSIDADE BRASILEIRA: UMA PROPOSTA DE ESTUDO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS À LUZ DA REFLEXÃO FREIRIANA ACERCA DA EDUCAÇÃO POPULAR

SILVA, Maurício - UNINOVE - maurisil@gmail.com

RESUMO

Esta comunicação discute questões étnico-raciais inseridas no contextos da universidade popular brasileira, enfatizando a necessidade de estudos mais aprofundados das ações afirmativas voltadas à população universitária afrodescendente. Ela resulta de uma pesquisa inserida numa ampla rede de investigação acadêmica (*Rede Ibero-Americana de Investigação em Políticas de Educação* - RIAIPE 3), com a qual se articula institucionalmente, fazendo parte de um de seus eixos estruturantes. A presente comunicação busca estudar como se configuram as questões étnico-raciais nos modelos populares / alternativos de universidades brasileiras, objetivando analisar políticas de ações afirmativas relacionadas tanto à preparação para quanto ao acesso e à permanência do alunado afrodescendente em determinadas instituições de ensino superior brasileiras. Com base no conceito de educação popular, proposto e discutido largamente por Paulo Freire, consideramos a necessidade de o alunado afrodescendente tornar-se sujeito de sua própria história, agindo no sentido de alcançar uma conscientização de seu papel histórico na sociedade brasileira.

JUSTIFICATIVA

Este trabalho se justifica pela necessidade, cada vez maior, numa sociedade discriminatória e excludente - como é a sociedade brasileira -, de estudar as questões étnico-raciais no universo da educação, em especial no ensino superior brasileiro, onde o índice de alunos afrodescendentes (comparativamente ao outros estágios da formação, em especial ao ensino básico) é particularmente baixo (JACCOUD & THEODORO, 2005).

Com efeito, a precariedade da situação educacional do negro no Brasil, fato verificado historicamente, (GONÇALVES, 2003) levou o contingente populacional de afrodescendentes a uma drástica situação de abandono, o que, sem dúvida alguma, se reflete no fato de se computar, entre a população negra, um baixo índice de participação nas universidades brasileiras, fazendo-se necessárias medidas que corrijam as desigualdades de acesso e manutenção desse contingente nas universidades. (GUIMARÃES, 2003)

Como demonstram alguns estudos sobre o ensino universitário no Brasil, de modo geral a educação superior constitui um bem cultural acessível a uma minoria que pertence a classes socialmente favorecidas (VIEIRA, 1989). Percebe-se, contudo, a partir dos marcos regulatórios acima expostos – e de vários outros aqui não citados – uma tendência no sentido de buscar corrigir desvios históricos implantados na sociedade brasileira, adotando-se ações compensatórias dentro de um amplo espectro de políticas públicas direcionadas ao alunado afrodescendente egresso do ensino básico.

Assim, dos fatos e das ações acima expostos, resultaram não apenas políticas públicas destinadas ao acesso e manutenção do afrodescendente na universidade brasileira, mas também uma legislação específica que lhes pudesse conferir sustentação legal. Trata-se do que se convencionou chamar, genericamente, de *ações afirmativas*, que incluem uma série de ações governamentais, que vão da concessão de bolsas e da preparação pré-vestibular, até financiamento e implementação de estratégias e metodologia de ensino, passando ainda pela instituição de cotas raciais.

OBJETIVO

A questão das relações étnico-raciais na Universidade passa, necessariamente, pelo reconhecimento da necessidade e pela aplicação de ações afirmativas, que se desdobram em pelo menos três atitudes distintas, mas complementares: a efetivação de marcos normativos e legais; a criação de uma estrutura administrativa gerenciadora de políticas públicas; e a implementação de políticas compensatórias voltadas para as etnias não hegemônicas e/ou historicamente oprimidas.

Tais atitudes têm sua gênese direta ou indiretamente vinculada à concepção de *educação popular*, advinda do legado freiriano. Com efeito, não é difícil perceber, nos

embates travados em favor da expansão dos direitos voltados à população afrodescendente - desde as lutas históricas do Movimento Negro no Brasil, a partir de meados do século XX - aquela ideia de *resistência* que se verifica em pelo menos dois dos fundamentos da *educação popular*: um processo geral de reconstrução do saber social (educação da comunidade) e um trabalho político de luta por transformações sociais e justiça social. Com efeito, como demonstram BRANDÃO & ASSUMPÇÃO (2009), remetendo-nos à memória de algumas das reivindicações do Movimento Negro e dos projetos de popularização da educação junto à população afrodescendente, a educação popular promove uma passagem de uma educação para o povo para uma educação que o povo cria, uma educação através da qual “ele [o povo] não se veja apenas como um anônimo sujeito da cultura brasileira, mas como um sujeito coletivo da transformação da história e da cultura do país” (p. 33). Em outros termos, “a educação popular não é uma atividade pedagógica *para*, mas um trabalho coletivo em si mesmo, ou seja, é o momento em que a vivência do *saber compartilhado* cria a experiência do *poder compartilhado*” (p. 35).

Esse princípio está, como sugerimos, na base do pensamento freiriano acerca da educação, mas tem também repercussões na própria consideração de Freire do processo (e do projeto) colonizador do qual a população negra - dentro e fora do Brasil - foi sua maior vítima. De fato, nas palavras de FREIRE (1977), tratando mais especificamente de sua experiência com a população de Guiné-Bissau, mas sem dúvida alguma podendo ser adaptadas para o contexto brasileiro, “a ideologia colonialista, procurava incutir nas crianças e nos jovens o perfil que deles fazia aquela ideologia. O de seres inferiores, incapazes, cuja única salvação estaria em tornar-se ‘brancos’ ou ‘pretos de alma branca’. Daí o descaso que essa escola necessariamente teria de ter por tudo o que dissesse de perto aos nacionais, chamados de ‘nativos’. Mais do que descaso, a negação de tudo o que fosse representação mais autêntica da forma de ser dos nacionais: sua história, sua cultura, sua língua” (p. 21).

É nesse sentido, ainda, que merece destaque a reflexão de Paulo Freire acerca do lugar que o oprimido ocupa na sociedade, considerando - aqui, no contexto específico do papel que as populações afrodescendentes, historicamente oprimidas por um processo de modernização estrutural da sociedade de natureza excludente (FERNANDES, 2007) - a necessidade de uma busca constante da liberdade: “a liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca

permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam. Não é idéia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos” (FREIRE, 2010, p. 37).

Considerando a importância do tema, buscar-se-á destacar a análise das questões étnico-raciais no âmbito das *universidades populares*, ou seja, aquelas que se aproximam do conceito forjado, num primeiro momento, no contexto do Fórum Social Mundial. (GADOTTI, 2003) Para tanto, foram selecionadas algumas universidades que – seja pelas premissas regimentais que as gerenciam e pelo histórico de sua origem e constituição, seja pelo escopo ideológico que as fundamenta e pelo interesse do projeto na diversidade regional – podem ser consideradas exemplos de universidades populares no Brasil.

PROCEDIMENTOS

Discutir os marcos regulatórios e os programas governamentais de inclusão da comunidade afrodescendente nas chamadas universidades populares mostra-se relevante na medida em que se verifica uma série de ações e modalidades de inclusão – das políticas compensatórias às ações afirmativas, passando por incentivos de natureza diversa –, presentes nas instituições de ensino superior brasileiras, sem, contudo, que haja um conjunto relevante de estudos particularmente voltados para esse tema, em sua correlação com as instituições universitárias de extração popular, a que aqui demos o nome de universidades populares. Tal estudo é inovador exatamente na medida em que aborda um aspecto pouco estudado do problema, uma vez que, de certa maneira, ao se institucionalizar o conceito de *popular*, vinculando-o à instituição universitária, tende-se – como hipótese – a encobrir/dissimular os processos e os efeitos discriminatórios sofridos pela população afrodescendente nesse contexto.

Portanto, a partir das duas definições anteriormente explicitadas (as universidades populares e a Lei 10.639/2003), será realizado um estudo bibliográfico específico, uma pesquisa de mapeamento de normas e políticas públicas de natureza

afirmativa e uma coleta de dados relativos às questões étnico-raciais no ensino superior brasileiro.

RESULTADOS EM ANDAMENTO

O presente projeto prevê, como resultado preliminar, expor, de modo mais preciso, a atual situação dos programas de inclusão étnico-racial no ensino superior nas universidades aqui categorizadas como populares, bem como analisar criticamente os aspectos positivos e negativos de políticas públicas exclusivamente voltadas à inclusão da comunidade afrodescendente. A pesquisa dos marcos legais, aliada ao estudo dos programas de inclusão étnico-racial no contexto universitário brasileiro, demonstra alcançar considerável impacto acadêmico e político, na medida em que deverá repercutir positivamente na políticas públicas direcionadas à equidade social no âmbito da educação superior. O impacto alcançado parece ainda maior, ao se considerar a possibilidades de apresentar, a partir do estudo realizado, propostas de intervenção que possam levar à contenção/erradicação de práticas de discriminação e exclusão no ensino superior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Global, 2007.

FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau. Registros de uma Experiência em Processo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2010.

GADOTTI, Moacir. “Universidade Popular dos Movimentos Sociais. Breve História de um Sonho Possível”.
(<http://www.universidadepopular.org/media/relatos%20oficinas/Gadotti.pdf>).
[Primeira versão em Democracia Viva. Rio de Janeiro, IBASE, No. 14: 78-83, Jan. 2003].

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. “Negros e educação no Brasil”. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia

Greive (orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, 2003, p. 325-346.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. “Ações afirmativas para a população negra nas universidades brasileiras”. In: SANTOS, Renato Emerson dos & LOBATO, Fátima (orgs.). Ações Afirmativas. Políticas Públicas contra as Desigualdades Sociais. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p. 76-82.

JACCOUD, Luciana & THEODORO, Mário. "Raça e educação: os limites das políticas universalistas". In: SANTOS, Sales Augusto dos. *Ações Afirmativas e combate ao racismo nas américas*. Brasília, SECAD/UNESCO, 2005, p. 105-120.

VIEIRA, Sofia Lerche. “A democratização da universidade e a socialização do conhecimento”. In: FÁVERO, Maria de Lourdes (org.). A universidade em questão. São Paulo, Cortez / Autores Associados, 1989, p. 11-26.